



Os senadores votarão ainda, nesta semana, projeto que cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin)

Plenário aprecia prazo de 60 dias para restituição

O plenário aprecia na quinta-feira, em turno suplementar, substitutivo do senador José Eduardo Dutra a projeto do senador Pedro Simon que fixa o prazo de 60 dias, após a entrega da declaração, para que o contribuinte receba a restituição do Imposto de Renda. Caso seja aprovada, a proposta será enviada para análise da Câmara.



Luiz Estevão



Edison Lobão

Enviados à Câmara projetos aprovados em caráter terminativo

O Senado enviou à Câmara projetos aprovados em caráter terminativo nas comissões. Entre eles, proposta do senador Luiz Estevão que cria o Proalimentar; iniciativa dos senadores Geraldo Melo e José Agripino, que institui a tarifa social de energia; e projeto do senador Edison Lobão que prevê fim da pena de prisão a inadimplentes de tributos.



Geraldo Melo



José Agripino Maia

Comissões debatem a reforma da Previdência

CCJ e CAS apreciam, nesta semana, proposta do governo, que também será discutida em audiências públicas com ministro e especialistas

A reforma da Previdência é um dos principais temas das comissões do Senado nesta semana. Na quarta-feira, as comissões de Justiça e de Assuntos Sociais apreciam a proposta do Executivo, que também é tema de uma série de audiências públicas programadas pela CAS. Hoje, a partir

das 15h, a Comissão de Assuntos Sociais discute a forma de cálculo para a concessão de aposentadoria aos trabalhadores do setor privado com representantes do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) e da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência.

PÁGINAS 4 E 5



A CPI do Judiciário, que tomou uma série de depoimentos, deve ouvir amanhã o relatório do senador Paulo Souto



RELATÓRIO AVALIA AMANHÃ DENÚNCIAS CONTRA O TRT-PB

As denúncias de emprego irregular de recursos públicos, nepotismo, superfaturamento e outras irregularidades no Tribunal Regional do

Trabalho da Paraíba (TRT-PB) serão avaliadas em relatório do senador Paulo Souto, na CPI do Judiciário, amanhã, a partir das 17h.

PÁGINA 7

CAE

Senadores examinam IR e empréstimo

Empréstimo para apoiar a gestão dos municípios é um dos temas na pauta de amanhã da CAE, que examina também a prorrogação da alíquota de 27,5% do IR.

PÁGINA 4

Amorim quer empréstimo compulsório para dívida pública

Inconformado com o rumo da política econômica brasileira, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) disse que chegou o momento de o governo instituir o confisco e o empréstimo compulsório sobre os credores da dívida pública, "com prazo e juro que forem convenientes ao

governo e não ao mercado", para amenizar o ajuste fiscal. O senador reconhece que a medida tem consequências negativas, mas observou que "tem que ser colocada na mesa porque é uma possibilidade legal, prevista na Constituição".

O senador ressaltou que os objeti-

vos fiscais e toda a política econômica, que, a seu ver, sacrifica o povo brasileiro, têm como única meta assegurar a liquidez aos credores da dívida pública, "que recebem as mais altas taxas de juro do mundo em nome de um risco que ninguém vê acontecer".

Ernandes Amorim citou notícias publicadas na imprensa segundo as quais o governo irá adotar medidas com o objetivo de alongar os prazos de vencimento da dívida pública, lembrando que hoje o prazo médio dos títulos do governo federal é de 11 meses.



Amorim: medida está prevista na Constituição



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 8 DE NOVEMBRO DE 1999

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

COMISSÃO

15h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública com Antônio Neto, presidente da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência (Afi), e Ulisses Riedel, representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), com a finalidade de instruir o *PLC nº 46/99, que dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual e o cálculo do benefício e altera dispositivos das leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

PREVISÃO DA SEMANA PLENÁRIO

Terça-feira (9.11.99)

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão, em primeiro turno, do substitutivo da Câmara à *PEC nº 1/95, altera os arts. 48, 57, 61, 62, 64 e 84 da Constituição federal (regulamenta a edição de medidas provisórias); *PDL nº 64/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Osório Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Osório (RS); *PDL nº 81/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio FM Pampa Bagé Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bagé (RS); *PDL nº 82/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Televisão Colúmbia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lorena (RS); *PDL nº 83/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Guararapes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guararapes (SP); *PR nº 100/99, autoriza a União a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 44 milhões, de principal, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird); e *Requerimento nº 634/99, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 511 e 555, de 1999, por regularem a mesma matéria.

Quarta-feira (10.11.99)

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, do substitutivo da Câmara à *PEC nº 1/95, altera os arts. 48, 57, 61, 62, 64 e 84 da Constituição federal (regulamenta a edição de medidas provisórias); substitutivo do Senado ao *PLC nº 11/99, define serviço sujeito ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza; *PDL nº 27/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Visão de Uberlândia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberlândia (MG); *PDL nº 75/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Mococa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mococa (SP); *PDL nº 78/98, aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Clube de Varginha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Varginha (MG); *PDL nº 99/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Varginha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Francisco de Assis (RS); *PLS nº 13/99-Complementar, altera a Lei Complementar nº 82/95, acrescentando parágrafo ao art. 1º, III, para dispor sobre o cômputo das receitas e despesas correntes do Distrito Federal; e *PLS nº 156/99-Complementar, regulamenta o inciso I do parágrafo 1º do art. 43 da Constituição federal (redução de desigualdades regionais).

Quinta-feira (11.11.99)

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quarto dia de discussão, em primeiro turno, do substitutivo da Câmara à *PEC nº 1/95, altera os arts. 48, 57, 61, 62, 64 e 84 da Constituição federal (regulamenta a edição de medidas provisórias); substitutivo do Senado ao PLC nº 18/95, regulamenta o exercício profissional do histotecnologista; *PDL nº 100/98, aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Ametista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Planalto (RS); *PDL nº 118/

98, aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural São Francisco de Assis para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Siqueira Campos (PR); *PDL nº 120/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tupã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tupã (SP); *PDL nº 122/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio FM Sete Colinas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garanhuns (PE); discussão, em turno suplementar, do substitutivo ao *PLS nº 255/97, fixa prazo para restituição do Imposto de Renda e proventos descontados na fonte; e *PLS nº 161/99, dispõe sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.

Sexta-feira (12.11.99)

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira (9.11.99)

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: *Mensagem nº 189/99, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 300 milhões, entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada ao financiamento parcial do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM); *PRS nº 41/99, altera a Resolução nº 96/89, do Senado, que dispõe sobre limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal e estabelece limites e condições para a concessão de garantias da União em operação de crédito interno e externo; *PLC nº 03/98, que dispõe sobre a multa incidente sobre os débitos das prefeituras municipais para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); *PLC nº 56/97, que dispõe sobre a emissão de valores mobiliários representativos de dívidas de sociedades controladas, direta ou indiretamente pela União, pelos estados, Distrito Federal e municípios; *PLC nº 11/98, que regulamenta o parágrafo primeiro do artigo 213 da Constituição federal; *PLC nº 37/99, que altera o inciso VIII do artigo 5º e acrescenta parágrafo ao artigo 6º da Lei nº 8.313/91, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), tramitando em conjunto com o PLS nº 36/99, que altera o inciso VIII do artigo 5º e acrescenta parágrafo ao artigo 6º da Lei nº 8.313/91; *PLS nº 175/99, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); *Ofício "S" 28/99, que encaminha ao Senado, dos termos do artigo 5º da Resolução nº 69/96, o relatório sobre a operação de emissão de Bônus Global pela República Federativa do Brasil, concluída em 30.4.99, no valor de US\$ 3 bilhões, títulos de mercado internacional, sendo US\$ 2 bilhões resultantes de tranche em dinheiro e US\$ 1 bilhão decorrentes de troca de bônus Brady; *PRS nº 88/99, que dá nova redação ao inciso VIII do artigo 13 da Resolução nº 78/98, que dispõe sobre a certidão expedida pelo Tribunal de Contas que deverá vir acompanhada de demonstrativo da execução orçamentária do exercício anterior, quando este não corresponder ao exercício anterior ao do pleito; *PRS nº 68/99, que dá nova redação ao inciso VIII do artigo 13 da Resolução nº 78/98; *Mensagem nº 181/99, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 202,030 milhões, entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), destinada ao financiamento parcial do Projeto Fundescola II, segunda etapa do Programa de Fortalecimento da Escola (Fundescola/União), a cargo do Ministério da Educação; e *PLC nº 48/99, que altera o alíquota do Imposto de Renda das pessoas físicas. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h — Subcomissão do Idoso

Pauta: Audiência pública com os presidentes dos conselhos do Idoso de São Paulo, Alfredo Morlini, e do Rio Grande do Sul, reverendo Egon Feldens, com a finalidade de prestar informações e apresentar proposições com relação a ações de seguridade, abrangendo os aspectos econômico, social, cultural, moral e recreativo e atos de assistência e defesa da saúde do idoso. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: *PLS nº 41/99, dispõe sobre o tombamento do antigo estúdio da Rádio Nacional, no Rio de Janeiro, e sua transformação em Museu da História do Rádio no Brasil; *PLS nº 111/99, institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária; *PLS nº 340/99, dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano; *PLS nº 218/99, denomina "Senador João Calmon" a Escola Técnica Federal do

Espirito Santo (Uned) de Colatina; *PLS nº 427/99, altera a denominação do Aeroporto Internacional de Macapá; *PLS nº 512/99, denomina "Rodovia Luiz Carlos Prestes" o trecho que especifica da rodovia BR-020; *PLS nº 22/99, que denomina "Rodovia Governador Hélio Campos" trecho da BR-174; e os *PDLs nºs 166, 128, 115, 223, 209, 207, de 1999, que aprovam atos que renovam concessão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; e *PDL nº 78/97, que aprova o ato que renova a concessão deferida à TV Studios Sílvio Santos Ltda., atualmente denominada TV SBT-Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade do Rio de Janeiro. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

17h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública com o ministro Waldeck Ornelas, da Previdência e Assistência Social, com a finalidade de instruir o *PLC nº 46/99, que dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual e o cálculo do benefício e altera dispositivos das leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

17h — CPI do Judiciário

Pauta: Apresentação do relatório sobre emprego irregular de recursos públicos, nepotismo, superfaturamento e outras ilegalidades no TRT da Paraíba. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

Quarta-feira (10.11.99)

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: *PLC nº 46/99, dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual e o cálculo do benefício e altera dispositivos das leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991; *PLS nº 155/99 — decisão terminativa, altera o artigo 4º da Lei nº 9.732/98; *PLS nº 258/99 — decisão terminativa, dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirúrgica e de defeitos físicos genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho; *PLS nºs 322/99 e 324/99 — decisão terminativa, acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes; *PLS nº 434/99 — decisão terminativa, altera o art. 354 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para aumentar, em cada atividade, a proporcionalidade de empregados brasileiros; *PLS nº 494/99 — decisão terminativa, dispõe sobre o exercício da profissão de taxista; *Aviso nº 31/99, encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 635/99, adotada pelo Tribunal de Contas da União na sessão ordinária do plenário de 15.9.99, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam (TC nº 014.640/97-0 e outros); *Aviso nº 5/99, encaminha ao Senado cópia das decisões nºs 545 e 546, de 1999, bem como dos respectivos relatórios e votos que as fundamentam, referentes, respectivamente, a auditorias operacionais realizadas nas administrações do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) nos estados do Paraná, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia, e nas administrações do Serviço Social do Comércio (Sesc) nos estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Distrito Federal, Espírito Santo e Rio Grande do Norte; *Diversos nº 20/98, encaminha ao Congresso cópia da Decisão nº 512/99, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referentes ao cumprimento, pela Caixa Econômica Federal, da Resolução CCFGTS nº 279/98 (alterada pela de nº 295/98, do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)); *PLC nº 113/95, dispõe sobre o processo de trabalho nas ações que envolvam demissão por justa causa; e *PLC nº 31/97, revoga o parágrafo único do art. 442 da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PLC nº 46/99, dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual e o cálculo do benefício e altera dispositivos das leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991; *PEC nº 37/99, cria o Conselho Nacional de Justiça; e *PLS nº 154/99, dispõe sobre a criação de câmaras intersindicais de conciliação (CICs). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Seminário "Amazônia — Patrimônio Ameaçado?" Temas: "As ONGs na Amazônia se afirmam como defensoras da unidade nacional ou agem influenciadas pela cobiça internacional da região?" e "A comunidade internacional reconhece e respeita efetivamente a autonomia do Brasil sobre a Amazônia brasileira?". Palestrantes: senador Gilberto Mestrinho e o diretor-executivo do Greenpeace, Roberto Kishinami. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado vota prazo máximo para restituição do IR

Em turno suplementar, a proposta do senador Pedro Simon que fixa em 60 dias a devolução do imposto pago a mais pelo contribuinte será apreciada pelos senadores na sessão da próxima quinta-feira

O plenário do Senado delibera em turno suplementar, na próxima quinta-feira, sobre o substitutivo ao projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que fixa o prazo de 60 dias, após a entrega da declaração, para que seja devolvido ao contribuinte o Imposto de Renda pago em montante superior ao devido. Se não for apresentada emenda nessa fase de votação, o substitutivo, apresentado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), será tido como definitivamente aprovado pela Casa e enviado ao exame da Câmara.

Também em turno suplementar, o plenário vota substitutivo a projeto de lei da Câmara que regulamenta o exercício profissional do histotecnologista. O projeto regula as profissões de técnico de laboratório, auxiliar de laboratório e técnico em hemoterapia, definindo como podem ser considerados habilitados para exercer a profissão. Delibera também sobre iniciativa do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que re-

gulamenta a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.

Os senadores deverão votar o projeto que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência e cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), com a finalidade de fornecer ao presidente da República subsídios nos assuntos de interesse nacional. Também deverá ser votado projeto originário da Câmara regulamentando o procedimento na arguição judicial referente a descumprimento de preceito constitucional, com a finalidade de evitar



Plenário vota amanhã crédito de US\$ 44 milhões para saúde animal e vegetal

ou reparar lesão resultante de ato do Poder Público.

Amanhã, o plenário vota projeto de resolução autorizando o Brasil a contrair empréstimo de US\$ 44 milhões junto ao Banco Mundial, para o finan-

ciamento parcial do projeto de Promoção da Saúde dos Animais e das Plantas. O objetivo é aumentar a competitividade e a produtividade na área de saúde animal e vegetal, com o controle ou eliminação de doenças que propiciem barreiras comerciais na oferta de produtos brasileiros no exterior.

Na quarta-feira, o Senado vota, em turno suplementar, a inclusão da cobrança de pedágio entre os serviços sujeitos à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). No mês passado, o plenário decidiu que a base de cálculo desse

imposto será o preço cobrado aos usuários, proporcional à extensão da rodovia explorada.

Os senadores ainda votarão projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) determinando que os recursos pertinentes às transferências constitucionais para o Distrito Federal, vinculados ao custeio de determinados serviços públicos, sejam computados uma única vez, não podendo ser também considerados gastos do governo local.

Em todas as sessões deliberativas da próxima semana, o Senado discutirá o substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) à proposta de emenda constitucional que limita a edição de medidas provisórias. Os senadores poderão oferecer emendas até o final dos cinco dias de discussão da proposta em primeiro turno. Já aprovado pela CCJ, o substitutivo aproveita parte da proposta anteriormente votada pelo Senado e parte do substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados.

Projeto de Luiz Estevão institui o Proalimentar

O Senado enviou à Câmara dos Deputados projeto aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais, de autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), que institui o Programa de Complementação Alimentar a Famílias Carentes (Proalimentar). O projeto estabelece que as cestas básicas devem ser distribuídas para famílias com renda mensal inferior a meio salário mínimo (R\$ 68,00).

O Proalimentar ainda deverá distribuir pão e leite para as famílias carentes que tenham crianças entre seis meses e seis anos de idade, além de gestantes e nutrízes. Uma vez aprovado, o Executivo terá o prazo de 120 dias após a publicação da lei para regulamentar o programa e fixar os recursos necessários à sua execução.

Outro projeto também aprovado terminativamente e enviado à Câmara é o que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e garante estabilidade no emprego para os portadores do vírus HIV, excetuados os casos de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas. O autor do projeto, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), disse que apesar da evolução nos tratamentos e das amplas

campanhas publicitárias, episódios frequentes têm revelado a presença do preconceito e da ignorância:

— A estabilidade proposta fundamenta-se, especialmente, no dispositivo constitucional que declara ser um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. E é contra a discriminação no trabalho que nos voltamos — justificou Lúcio Alcântara.

De autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA), foi também enviado à Câmara, após decisão terminativa, projeto que estabelece o prazo mínimo de três anos letivos para a utilização dos livros didáticos no ensino fundamental e médio. O projeto determina que os livros não poderão ter espaços em branco para resposta de exercícios e que as atualizações, bem como os cadernos de exercícios e o manual do professor, serão publicados separadamente, na forma de anexos.

As matérias não receberam recursos no prazo regimental e, por isso, foram enviadas à Câmara, sem a necessidade de que fossem apreciadas no plenário da Casa.



Alcântara: estabilidade para empregados portadores do HIV

Segue para a Câmara proposta de fim da pena de prisão para inadimplência fiscal

O Senado encaminhou para votação na Câmara dos Deputados projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que extingue as punições de prisão, estabelecidas na legislação, para os inadimplentes de tributos ou contribuição social. A matéria havia sido aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e, como nenhum

senador pediu para que ela fosse apreciada em plenário, foi remetida para exame dos deputados.

Para Lobão, a prisão do devedor insolvente de nada adianta para o erário, e ainda agrava a situação econômica do



Romero Jucá propôs selo de advertência em produtos que incentivam a violência

devedor. Ele acrescentou, na sua defesa pela aprovação da matéria, que deve ser permitido ao devedor o acesso aos meios de recuperar sua própria economia, para que ele possa recolher à Fazenda Pública ou à Previdência os valores referentes à sua dívida.

Também foi encaminhado à Câmara projeto que cria o selo com a advertência “Este produto incentiva a violência”, a ser afixado nas embalagens de brinquedos, fogos de artifício, roupas, filmes, revistas ou quaisquer outros produtos que, de alguma maneira, possam desenvolver atitudes de caráter nocivo ao comportamento soci-

al, em seus usuários.

De iniciativa do senador Romero Jucá (PSDB-RR), o projeto foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em caráter terminativo. Como não houve solicitação de nenhum dos senadores para que fosse votado em plenário, foi enviado para apreciação da Câmara.

Outros dois projetos aprovados pela CAS em caráter terminativo também já foram encaminhados para apreciação da Câmara. Um deles, do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), cria o Conselho Nacional do Leiloeiro Público Oficial e os respectivos conselhos regionais, além de regulamentar o exercício da profissão. O outro, do senador Emandes Amorim (PPB-RO), autoriza a Federação Nacional dos Técnicos Industriais a criar o conselho federal e os conselhos regionais dos técnicos industriais de nível médio.

Deputados também apreciarão tarifa social de luz

Projeto, dos senadores Geraldo Melo (PSDB-RN) e José Agripino (PFL-RN), que institui a tarifa social de energia elétrica para consumidores de baixa renda, foi enviado para a Câmara dos Deputados. A matéria foi aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e não houve recurso para a sua votação pelo plenário.

Conforme o projeto, caberá à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) definir os critérios para enquadramento do usuário como consumidor de baixa renda, assegurando-lhe a prestação do serviço pelo preço de custo da energia, acrescido de uma taxa de administração que não poderá exceder a 15%.

O Senado também enviou para a Câmara projeto da senadora Luzia Toledo

(PSDB-ES) que obriga as emissoras de televisão a destinarem, ao longo de sua programação diária, pelo menos 90 segundos para divulgação de fotografias de pessoas desaparecidas. A matéria teve aprovação em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais.

Tratando do mesmo tema, a Comissão de Educação aprovou, em caráter terminativo, projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que obriga as emissoras de TV e rádio a veicularem no mínimo dois mi-



Luzia propõe divulgação obrigatória de fotos de pessoas desaparecidas

nutos de informações sobre menores desaparecidos. A matéria foi encaminhada à deliberação da Câmara.

Outro projeto remetido ao exame dos deputados, do senador licenciado Fernando Bezerra (PMDB-RN), institui a comemoração do Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial. Lúcio Alcântara (PSDB-CE) é o autor do projeto, aprovado em votação terminativa pela Comissão de Constituição e Justiça, que define a comemoração do Dia Nacional da Doação de Órgãos, a 27 de setembro de cada ano. A matéria também seguiu para a Câmara.



A comissão deverá votar dois pedidos de contratação de crédito externo, que somam mais de US\$ 500 milhões

CAE examina empréstimos e prorrogação de alíquota do IR

Na reunião de amanhã, a Comissão de Assuntos Econômicos também analisará exigência de autorização prévia do Senado a acordos com FMI

O pedido do Executivo para contratar operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 300 milhões, será um dos itens da pauta da reunião que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizará amanhã, às 10 horas. O parecer do relator, senador Luiz Estevão (PMDB-DF), é favorável à aprovação da matéria. Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros.

Também com parecer favorável do relator, senador Osmar Dias (PSDB-PR), a CAE apreciará pedido de autorização do Poder Executivo para contratação de operação de

crédito externo, no valor de até US\$ 202,030 milhões, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Se aprovado, o dinheiro do empréstimo será utilizado no financiamento parcial do Projeto Fundescola II, executado pelo Ministério da Educação.

Outra matéria incluída na pauta de 11 itens da CAE é o projeto de resolução do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), propondo alterações na Resolução 96, de 1989, para tornar obrigatória a prévia autorização pelo Senado dos acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional. O parecer do relator, Francélino Pereira (PFL-MG), é favorável. A justificativa do autor do projeto, apoiada pelo relator, é que

os acordos assinados com o FMI vêm sempre "casados" com operações de crédito que causam impacto na dívida externa brasileira.

A CAE, que tem como presidente o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), também deverá posicionar-se sobre projeto, de iniciativa do presidente da República, que estabelece alterações na alíquota do Imposto de Renda (IR) das pessoas físicas. A proposta é prorrogar a vigência da alíquota máxima de 27,5% durante o período de 2000 a 2003. A justificativa do governo é manter o fluxo de arrecadação visando o equilíbrio das contas públicas. O relator da matéria, senador Luiz Estevão, ainda não divulgou o seu parecer.

CCJ discute projeto que muda regras de aposentadoria no setor privado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), aprecia na quarta-feira, às 10 horas, projeto do Executivo que altera a legislação da Previdência Social e a forma de cálculo para a concessão da aposentadoria do setor privado. A matéria esteve na pauta da CCJ na semana passada, mas não foi votada porque os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Moreira Mendes (PFL-RO) pediram vista do projeto.

O relator do projeto na CCJ, Romeu Tuma (PFL-SP), já se manifestou a favor das alterações, ressaltando não ter visto inconstituci-

onalidade na matéria. Ele disse que a adoção do chamado "fator previdenciário", criado para calcular a obtenção do salário-de-benefício, "não fere o texto magno, ao contrário mesmo, cumpre-o". O fator previdenciário, acrescentou, pode elevar a aposentadoria dos segurados que adiam a solicitação do benefício e pode também reduzir o valor da aposentadoria dos que se aposentarem mais cedo, mesmo que tenham cumprido 35 anos de contribuição.

O valor da aposentadoria, de qualquer forma, explicou, não poderá ser inferior ao salário mínimo nem superior ao teto de benefícios do

regime geral da Previdência Social, que atualmente é de R\$ 1.255,32.

A comissão também deve apreciar proposta de emenda à Constituição, de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que cria o Conselho Nacional de Justiça. Jefferson Péres (PDT-AM), relator da matéria, apresentou parecer contrário à aprovação.

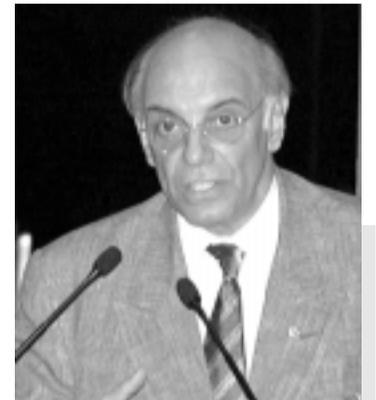
Também está na pauta da comissão projeto de lei, de autoria de Arlindo Porto (PTB-MG), que dispõe sobre a criação de câmaras intersindicais de Conciliação.

A matéria tem parecer favorável, elaborado pelo senador Amir Lando (PMDB-RO).

Comissão de Educação analisa proposta de tombamento do estúdio da Rádio Nacional

A Comissão de Educação (CE) reúne-se amanhã, às 11h30, para apreciar, entre outras matérias, projeto do senador Artur da Távola (sem partido-RJ), que trata do tombamento do antigo estúdio da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, e sua transformação em Museu da História do Rádio Brasileiro. A proposta tem parecer favorável do senador Hugo Napoleão (PFL-PI).

Presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), a comissão analisa ainda os projetos que instituem os dias nacionais de Luta pela Reforma Agrária e do Imigrante Italiano; propostas que denominam Senador João Calmon a Escola Técnica Federal do Espírito Santo e dão o nome de personalidades brasi-



Artur da Távola quer transformar o antigo estúdio em Museu da História do Rádio Brasileiro

leiras a aeroportos e trechos de rodovias; e autorizações para renovação de oito concessões de rádios e televisões.

Congresso faz sessão em homenagem a Rui Barbosa

O Congresso Nacional realiza, na próxima quarta-feira, às 11 horas, no plenário do Senado, sessão solene em comemoração ao sesquicentenário de nascimento de Rui Barbosa. A homenagem foi requerida pelo presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães. Patrono do Senado e ex-senador, Rui Barbosa nasceu no dia 5 de novembro de 1849, na Bahia.

A data do seu nascimento marca também a passagem do Dia da Cultura e da Ciência. Designados por Antonio Carlos, serão oradores nessa sessão solene os senadores Artur da Távola (sem partido-RJ) e Jefferson Péres (PDT-AM).

O presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, designou, para se pronunciarem durante a sessão, os deputados Paes Landim (PFL-PI) e Maria Elvira (PMDB-MG).



Ex-senador, Rui Barbosa é o patrono do Senado Federal

Reforma da Previdência é destaque na CAS

Duas audiências públicas, marcadas para hoje e amanhã, precederão a votação pela comissão, na quarta-feira, de projeto já aprovado pela Câmara que altera a forma de cálculo para a concessão de aposentadoria no setor privado

A reforma da Previdência será o principal tema da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) nesta semana. Hoje, a CAS realizará audiência pública a partir das 15 horas, com a participação do presidente da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência (Afp), Antônio Neto, e o representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Ulisses Riedel. O tema da audiência será o projeto de lei que altera a legislação previdenciária e a forma de cálculo para a concessão de aposentadoria para o setor privado.

Amanhã, às 17 horas, a CAS recebe, em audiência pública, o ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornelas, também para falar sobre o projeto. De iniciativa do Executivo e já aprovada na Câmara, a matéria está na pauta da reunião da CAS

de quarta-feira, às 9h. A proposta já recebeu duas emendas de autoria dos senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Jonas Pinheiro (PFL-MT), além de voto em separado da senadora Heloísa Helena (PT-AL), que apresentou substitutivo. O relator da matéria é o senador Geraldo Althoff (PFL-SC).

IDOSO

Amanhã, às 11 horas, a Subcomissão Permanente do Idoso, pertencente à CAS, realiza audiência pública com os presidentes dos conselhos do Idoso do Estado de São Paulo e do Estado do Rio de Janeiro, Alfredo Morlini e Egon Feldens. A finalidade da audiência é prestar informações e apresentar proposições em relação às ações de seguridade, abrangendo os aspectos econômico, social, cultural, moral e recreativo e atos de assistência e defesa da saúde do idoso.

Heloísa Helena defende discussão com independência

Ao criticar com veemência, na sexta-feira, as propostas do governo federal para a Previdência Social, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) conclamou os senadores a discutir com independência o projeto de lei da Câmara, de autoria do Poder Executivo, que altera a forma de cálculo para a concessão da aposentadoria no



Heloísa Helena lamentou "subserviência do governo ao parasitismo do FMI"

mou, da tribuna do plenário.

Para a senadora, o governo mente em seus exemplos. Heloísa Helena citou o caso da trabalhadora de 52 anos de idade que se aposenta após 33 anos de contribuição, apresentado como argumentação em defesa do projeto de lei. Segundo o governo, sua expectativa de

vida apontaria para o recebimento de 276 salários de contribuição, ou 13 anos a mais do que o que contribuiu.

Para Heloísa Helena, o governo se esquece de que é possível capitalizar as contribuições. A uma remuneração de 0,5% ao mês – a mesma da caderneta de poupança –, seria possível pagar 380 salários, exemplificou a parlamentar.

Na avaliação da senadora, o governo federal tenta empreender agora, com a Previdência Social, o que fez há 15 anos com o sistema de saúde no país. Segundo Heloísa Helena, esse sistema foi sucateado propositalmente para favorecer "a volúpia capitalista" das empresas de seguro-saúde.

A representante de Alagoas no Senado também criticou o chamado "fator previdenciário". Ela ressaltou que nem o ministro conseguiu calcular a incidência desse fator em sua própria aposentadoria. Para a parlamentar, seu cálculo requer uma planilha eletrônica e sempre atuará como redutor do salário-benefício. Segundo a senadora, mesmo um trabalhador com mais de 65 anos de idade e 35 de contribuição teria perda de 12% ao aposentar-se.

vida apontaria para o recebimento de 276 salários de contribuição, ou 13 anos a mais do que o que contribuiu.

Para Heloísa Helena, o governo se esquece de que é possível capitalizar as contribuições. A uma remuneração de 0,5% ao mês – a mesma da caderneta de poupança –, seria possível pagar 380 salários, exemplificou a parlamentar.

Na avaliação da senadora, o governo federal tenta empreender agora, com a Previdência Social, o que fez há 15 anos com o sistema de saúde no país. Segundo Heloísa Helena, esse sistema foi sucateado propositalmente para favorecer "a volúpia capitalista" das empresas de seguro-saúde.

A representante de Alagoas no Senado também criticou o chamado "fator previdenciário". Ela ressaltou que nem o ministro conseguiu calcular a incidência desse fator em sua própria aposentadoria. Para a parlamentar, seu cálculo requer uma planilha eletrônica e sempre atuará como redutor do salário-benefício. Segundo a senadora, mesmo um trabalhador com mais de 65 anos de idade e 35 de contribuição teria perda de 12% ao aposentar-se.

Cabral elogia Forças Armadas e pede política para região amazônica

Ao enaltecer as ações desenvolvidas pelas Forças Armadas na região, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) cobrou do governo uma política para o desenvolvimento e integração da Amazônia. Em discurso no plenário, na sexta-feira, Cabral reclamou ainda a retomada do programa Calha Norte, como forma de tornar efetivo o direito brasileiro de manter e preservar a região.

– É imperioso que voltemos de fato nossos olhos para a Amazônia e, em particular, para as regiões mais distantes, porque só com ações concretas, visando ao povoamento, ao desenvolvimento e à assistência efetiva àqueles brasileiros, conseguiremos integrar a Amazônia ao Brasil – afirmou Cabral.

Segundo o senador, o Comando Militar da Amazônia, em cooperação com a Marinha de Guerra e a Força Aérea Brasileira, desenvolve ações cívico-sociais importantes para a ocupação da região. Nesse vazão demográfico, continuou, o Exército brasilei-

ro, como parte do planejamento anual de manobras militares, está mobilizando cerca de 5 mil homens na região de fronteira entre o Brasil e Colômbia.

– A região eleita como teatro de operações foi a "Cabeça de Cachorro", onde a incidência de narcotráfico e de ações de guerrilha das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) tem sido bastante noticiada – disse ele.

Com essa iniciativa, segundo Bernardo Cabral, o Comando Militar, por meio da "Operação Querari", testa a capacidade de "concentração estratégica de força terrestre", além de dar uma mostra, "àqueles favoráveis à internacionalização", de que o Brasil é capaz de responder à necessidade de manter a integridade do território nacional.

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), em aparte, avaliou que o governo federal vem atendendo a pressões internacionais para transferir as suas obrigações a organizações não-



Bernardo Cabral reivindicou a retomada pelo governo federal do programa Calha Norte

governamentais, que, apesar de terem autonomia, gastam recursos públicos.

– O país não tem uma política para a região, que é ditada de fora, por países estrangeiros. Hoje, toda nossa fronteira e 22% do estado do Amazonas são compostos por reservas indígenas. A ação do país na região é mais importante neste momento, quando o mundo se preocupa com o problema do narcotráfico – disse Mestrinho.

Para o senador Roberto Requião (PMDB-PR), que ocupou a tribuna depois de Cabral, o grande inimigo da Amazônia não vem do exterior, mas do próprio governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, uma vez que, observou, o aumento da dívida externa, mesmo depois de vendido todo o patrimônio do país, pode levar à "doação" da região.

Mozarildo quer informações sobre atendimento médico a ianomâmi

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) fará requerimento de informações aos ministros da Justiça, José Carlos Dias, e da Saúde, José Serra, a respeito da terceirização do atendimento de saúde aos índios ianomâmi, na Amazônia.

– Estou preocupado com a forma com que o governo entrega a Amazônia às organizações não-governamentais – disse.

Mozarildo quer informações sobre os motivos que levaram a Fundação Nacional de Saúde (FNS), que recebeu a incumbência de cuidar da saúde dos ianomâmi, a entregar esse atendimento à Comissão para Criação do Parque Ianomâmi (CCPI), uma ONG estrangeira, comandada por suíços e italianos.

Para Mozarildo, a quantia de R\$ 6 milhões que a FNS paga à CCPI seria suficiente para assegurar ao Exército, que já cuida da saúde indígena, os meios para montar um atendimento exemplar.

– Da mesma forma, o governo de



Mozarildo quer saber por que ONG estrangeira receberá R\$ 6 milhões

Roraima poderia se ocupar desse serviço, se recebesse verbas desse montante – garantiu.

O senador afirmou ter obtido notícias de que a CCPI estaria repassando o atendimento dos ianomâmi para outra ONG, por R\$ 2 milhões. "O que acontece com os R\$ 4 milhões que sobram?", perguntou.

Segundo Mozarildo, a defesa e a soberania

da Amazônia ficam ameaçadas quando o governo privilegia "organizações duvidosas", como algumas ONGs que atuam na região.

– Por isso, enviarei requerimentos de informações aos ministérios para conhecer detalhes dessa operação.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) afirmou compartilhar das mesmas preocupações. Também em aparte, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) concluiu que "as políticas amazônica e indigenista do governo federal não são brasileiras, mas ditadas de fora do país".

Novos médicos poderão ter de passar por estágio no interior

Projeto de lei apresentado pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) torna obrigatório estágio dos profissionais de saúde nos pequenos municípios do interior brasileiro. A preocupação do senador é garantir a assistência à saúde em municípios que hoje não possuem um médico sequer. Assim, o estágio viria corrigir "uma imensa injustiça social".

O senador propõe que os estudantes graduados em Medicina, Enfermagem, Farmácia, Bioquímica, Odontologia e Fisioterapia "só terão seus diplomas registrados definitivamente no Ministério da Educação ou nas universidades ou faculdades, e inscritos nos respectivos conselhos, após um ano de exercício da profissão, em caráter de estágio remunerado, em municípios onde a proporção profissional/habitante seja igual ou inferior a 1 por mil".

Durante o período do estágio, conforme a proposta, os graduados teriam um registro e inscrição provisórios nos respectivos conselhos profissionais.

Nabor cobra atendimento médico para Amazônia

Senador lembra que região representa mais da metade do território nacional e abriga uma população duplamente punida: não conta com médicos, sanitaristas e agrônomos, nem com escolas para formar seus habitantes

Oito mil brasileiros tentam atualmente obter diplomas na área de saúde em universidades bolivianas sem perspectiva de depois validá-los no Brasil, conforme assinalou na sexta-feira, em plenário, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC). Enquanto isso, acrescentou, médicos e dentistas bolivianos e peruanos atuam irregularmente na Amazônia, juntamente com brasileiros formados naqueles países, contra a vontade dos conselhos regionais de medicina e odontologia. Para o senador, o governo federal tem à frente o desafio de regulamentar a atuação de profissionais de saúde na Amazônia e, ao mesmo tempo, incentivar a formação universitária na região.

Nabor lembrou que a Amazônia representa mais da metade do território nacional e abriga uma população duplamente punida: sofre com a falta de médicos, mas também de agrônomos e sanitaristas, e com a inexistência de escolas para formar seus filhos. Existem apenas quatro faculdades de medicina — três públicas e uma particular — em toda a região. Os demais cursos oferecidos são quase todos ligados a campos teóricos.

— É um crime, é um pecado, é uma crueldade o que se comete nesse amontoado de atos e de omissões — disse o senador, que lamentou a concentração de profissionais de saúde na re-



Nabor considera um crime o que se comete com a população

gião Centro-Sul, mesmo quando são oferecidos bons salários (R\$ 6 mil) na região Norte.

Um complicador, de acordo com Nabor, é que o governo não firmou acordos

bilaterais com os países vizinhos para permitir que diplomas de estrangeiros e brasileiros fossem reconhecidos no Brasil.

— Enquanto não puder oferecer vagas suficientes para todos os seus jovens em idade universitária, o Brasil deve incentivá-los a buscar no exterior um diploma e, mais tarde, validá-lo, como forma de permitir o seu acesso ao mercado de trabalho — sugeriu.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) informou ter levado ao conhecimento do governo o problema

dos brasileiros que vão em massa estudar na Bolívia, mas não recebeu nenhuma promessa de solução a curto prazo. Viana lembrou a importância da criação de uma outra faculdade de medicina na Amazônia e do fechamento de “metade” das escolas médicas brasileiras por falta de mínimas condições de ensino.

A existência de “usinas de diplomas” também foi condenada por Nabor Júnior. Ele ressaltou, entretanto, as universidades amazônicas, em especial as do estado do Acre, que, em sua opinião, vão muito além do que se poderia esperar, em virtude da falta de recursos financeiros, equipamentos e laboratórios.

Luiz Otávio reivindica Sarah para Belém

A instalação de uma unidade da Rede Sarah de Hospitais do Aparelho Locomotor em Belém (PA) foi defendida na sexta-feira pelo senador Luiz Otávio (PPB-PA), que pregou a união de esforços das autoridades paraenses e apelou aos senadores José Sarney (PMDB-AP) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) para que apoiem a reivindicação.



Luiz Otávio apoiou campanha promovida por radialista de Belém

Luiz Otávio disse que está em plena efervescência uma campanha com a palavra de ordem “Acorda Pará, Sarah já!”, de iniciativa do radialista Agostinho Monteiro, paraplégico, que tem recebido eficiente atendimento no hospital Sarah de Brasília.

Segundo Luiz Otávio, o radialista está pedindo aos parlamentares, prefeitos e à população que se mobilizem, junto com

mandada pelo médico Aloísio Campos da Paz Júnior, destine a Belém o próximo hospital de uma rede que já está presente em Brasília, Salvador, São Luís e Belo Horizonte, e que estará em breve em Fortaleza — onde o hospital está sendo construído.

O senador lembrou que a Rede Sarah — cujo atendimento é gratuito — resulta de um sonho que começou a ser realizado nos anos 60 pelo médico Aloísio Campos da Paz, com a participação decisiva de homens públicos que sempre o apoiaram. Luiz Otávio observou que a idéia está sintetizada no mural do hospital de Brasília: “Viver para a saúde e não sobreviver da doença. Criar um centro especializado de saúde que entenda o ser humano como sujeito da ação e não como objeto sobre o qual se aplicam técnicas”.

o governador Almir Gabriel — que já se dispôs a ceder o terreno —, para que a Associação das Pioneiras Sociais, co-

Viana elogia programa de saúde da família

A meta do governo de atender a 60% da população do país com o Programa de Saúde da Família, previsto no Plano Plurianual (PPA) de 2000/2003, é o “desafio mais digno do governo” e deverá proporcionar avanços na saúde pública, afirmou, na sexta-feira, no plenário, o senador Tião Viana (PT-AC).

A execução do programa, que assiste famílias na prevenção médica e sanitária, é um importante instrumento de saúde pública no país, segundo Tião Viana. Para ele, o Brasil tem avançado em programas de saúde pública, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), mas não estava dando importância a programas como o Saúde da Família.

O senador criticou a atuação das grandes indústrias de laboratórios farmacêuticos no país, que, observou, têm como meta prioritária o lucro com a saúde e vêm fazendo pressão contra a utilização dos medicamentos genéricos pela população. Esse procedimento, observou, faz com que a saúde se torne um instrumento de mercado e



Viana observou que meta de atender 60% da população com o programa é “desafio digno”

não um referencial para a dignidade humana.

Tião Viana criticou também a ação das seguradoras, que “olham para os hospitais como fonte de lucro”, e disse que é necessário haver um freio nesses procedimentos, com a adoção de um modelo de saúde que tenha como meta o desenvolvimento humano.

— O Programa de Saúde da Família está no meio desse contexto. É um programa fantástico, a partir da reforma sanitária feita no país, e que vai ao bairro do cidadão, à casa das famílias — disse.

Em aparte, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) congratulou Tião Viana e falou sobre a importância do Programa de Saúde da Família. Disse que conheceu o modelo do programa implantado em Niterói, e que este tem ajudado a diminuir o sofrimento humano. O senador Tião Viana citou ainda o programa adotado em Icapuí (CE), que, afirmou, também está funcionando bem e é um exemplo de política de saúde pública para o país.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), em aparte, informou que o programa já existe em Roraima, seguindo o modelo cubano de atendimento médico preventivo junto às famílias. Mozarildo também elogiou o Programa de Saúde da Família e conclamou Tião Viana a fazer um trabalho conjunto para que sejam atingidas todas as metas previstas no PPA.

Rocha pede novos cursos de medicina e rigor contra tráfico

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) alertou para uma discriminação que se repete: depois de limitar a instalação de escolas técnicas federais, as autoridades querem agora impedir a criação de novos cursos de medicina no país, prejudicando as regiões carentes. Em pronunciamento no plenário, na sexta-feira, Rocha também apoiou a proposta de se transformar em comissão permanente a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Câmara dos Deputados que investiga o narcotráfico e criticou o projeto de privatização da Eletronorte.

Rocha considera fundamental que o Ministério da Educação e o Conselho Nacional da Educação revejam suas posições favoráveis à proibição de novos cursos de medicina no país. Embora reconheça a necessidade de critérios para a autorização dos cursos, disse que não se pode penalizar as regiões mais pobres, que têm uma demanda crescente de assistência à saúde.

O senador destacou que idêntica medida discriminatória foi adotada tempos atrás pelo governo federal, quando limitou a implantação de escolas técnicas federais, desonerando-se de seu custeio e das despesas de



Rocha também criticou proposta de privatização da Eletronorte

pessoal.

Recente reportagem do *Jornal do Brasil* mencionou, conforme o senador, o Amapá como um dos estados onde poderiam estar se desenvolvendo ações organizadas de narcotráfico e de grupos de extermínio. A propósito, Rocha apelou ao Ministério da Justiça, à Polícia Federal e ao Ministério Público do Amapá para que aprofundem as investigações. O senador recordou o assassinato, há cerca de três anos, do médico Waldson Rocha e da estudante Aldenise. Tudo indica que os crimes foram encomendados e que teriam ligação com o narcotráfico, afirmou o senador, ao manifestar apoio à idéia de se transformar a CPI do Narcotráfico em comissão permanente.

Criticando mais uma vez o plano de se privatizar a Eletronorte, Sebastião Rocha afirmou que a empresa é essencial para a Amazônia e de forma nenhuma pode ser vendida. Além de gerar energia elétrica, a Eletronorte é indutora do desenvolvimento de uma região que tanto precisa de aporte financeiro para sua infra-estrutura, incluindo energia, rodovias e portos, observou.

Seminário da CRE discute o “patrimônio ameaçado”

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) promove na quarta-feira, a partir das 17h30, a segunda reunião do seminário “Amazônia — Patrimônio Ameaçado?”. A reunião contará com a participação do diretor-executivo da organização não-governamental Greenpeace, Roberto Kishinami, que falará sobre o reconhecimento, ou não, da

comunidade internacional em relação à autonomia do Brasil sobre a Amazônia.

A atuação das ONGs na região e o enfoque dessas entidades em relação à defesa da unidade nacional será o tema abordado pelo outro palestrante convidado, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

Francelino exalta escolha de Diamantina como patrimônio da humanidade

Nos próximos dias 3 e 4 de dezembro, a Assembleia Geral da Unesco, reunida em Marrakesh, no Marrocos, dará a palavra final no processo que confere à cidade de Diamantina (MG) o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. A concessão do título foi exaltada na sexta-feira, em plenário, pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG).



Francelino: "Diamantina agora vai se projetar além das fronteiras"

Para o parlamentar, trata-se de um "fato histórico de interesse de todo o país". Ele destacou que a cidade será o 11º sítio no Brasil a receber a distinção concedida pela Organização das Nações Unidas para a Cultura, Ciência e Educação (Unesco). Entre os já existentes, dois estão em Minas Gerais: o santuário de Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas, e o centro histórico de Ouro Preto.

Segundo Francelino, o título consolará a vocação para o turismo cultural e ecológico de Diamantina. O

senador elogiou o empenho do prefeito da cidade, João Antunes de Oliveira – que na última quinta-feira recebeu, no Palácio do Planalto, a Comenda da Ordem do Mérito Cultural –, e do ministro da Cultura, Francisco Weffort, para que a cidade fosse agraciada. O parlamentar enalteceu ainda o trabalho do jornalista Américo Antunes, presidente da comissão criada há

dois anos e meio objetivando a concessão da honraria:

– É de Minas que Diamantina agora vai se projetar além de nossas fronteiras, ao receber o prêmio da Unesco – afirmou Francelino.

O parlamentar lembrou a origem da cidade, em 1713, com a fundação do Arraial do Tejuco pela bandeira paulista de Gerônimo Gouveia. Recordou, por fim, ser Diamantina a terra do ex-presidente Juscelino Kubitschek, idealizador e construtor de Brasília.

Lobão explica acesso ao fundo partidário

Projeto em discussão no Senado, restringindo o acesso aos recursos do fundo partidário e ao horário gratuito no rádio e na televisão, é o tema do programa *Entrevista* que a TV Senado apresenta hoje às 8h30, 12h30 e 20h30. O senador Edison Lobão (PFL-MA) esclarece que a intenção não é inviabilizar a existência dos pequenos partidos, e que, para isso, incluiu em seu substitutivo a possibilidade de os partidos se organizarem em federações para alcançarem o percentual mínimo (5% dos votos nacionais). "Foi a maneira que se encontrou para salvar os pequenos partidos", afirma o senador, relator da proposta.

Registro civil é tema do Cidadania

O programa *Cidadania* hoje recebe o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) e o corregedor-geral de Justiça do Maranhão, Jorge Maluf. Eles falam sobre a garantia do registro civil gratuito, implantado com sucesso no estado do Maranhão em setembro deste ano. O programa, em reapresentação, vai ao ar às 9h, 13h30, 19h30 e 21h30.

Althoff disse que de 20 a 25 milhões de brasileiros não têm registro civil e alertou para a campanha nacional, em 4 de novembro, para tentar reverter esse quadro. O programa no Maranhão possibilitou, apenas nos dois primeiros dias de funcionamento, a emissão de mais de 2 mil registros.

Relatório sobre o TRT da Paraíba será lido amanhã

Paulo Souto apresenta conclusões sobre denúncias de nepotismo, apropriação indébita, compras sem licitação e outras irregularidades

O relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura denúncias de irregularidades cometidas no âmbito do Poder Judiciário, senador Paulo Souto (PFL-BA), apresentará amanhã, às 17h, o relatório referente às denúncias de emprego irregular de recursos públicos, nepotismo, superfaturamento e outras ilegalidades ocorridas no Tribunal Regional de Trabalho da Paraíba (TRT-PB).

O primeiro a denunciar as irregularidades foi o técnico judiciário do próprio TRT paraibano, Antônio de Pádua Pereira Leite. Em depoimento à CPI do Judiciário, ele também acusou magistrados membros daquele tribunal de nepotismo, irregularidades na aquisição de imóveis, apropriação indébita de recursos públicos e realização de compras sem licitação.

Uma das acusações foi contra o juiz Marcondes Meira, que teria comprado em 1995, segundo Antônio de Pádua, um imóvel para o TRT-PB por R\$ 160 mil, quando o valor de mercado seria de R\$ 39 mil. O funcionário disse que, em outra ocasião, o mesmo juiz Marcondes Meira teria comprado imóvel para o tribunal por R\$ 710 mil, embora tenha sido registrado em escritura por R\$ 225 mil.

Também foram denunciados por



Paulo Souto, relator da CPI, apresentará o que apurou sobre as denúncias envolvendo juizes trabalhistas na Paraíba



Antônio de Pádua outros dois juizes do TRT-PB (Paulo Montenegro Pires e Aluizio Rodrigues), que teriam contratado para o tribunal mais de 60 parentes, entre mulheres, filhos, genros e noras. Aluizio Rodrigues, vice-presidente do TRT à época, segundo o servidor do tribunal, também teria se apropriado de US\$ 100 mil, arrecadados com inscrições para um congresso de Direito Internacional do Trabalho.

Em seu depoimento, Aluizio Rodrigues refutou todas as acusações feitas contra ele pelo técnico judiciário Antônio de Pádua Pereira Leite, de apropriação indébita, venda de acórdãos, superfaturamento de obras, e de ter realizado viagens privadas às custas do tribunal. O juiz afirmou ter sido ino-

centado pelo Tribunal de Contas da União e pediu que Antônio de Pádua seja processado por perjúrio, já que teria afirmado, perante a CPI, ter cópia das sentenças condenando o juiz.

Em outro dos vários depoimentos prestados à CPI sobre o caso, o presidente em exercício do TRT-PB, Ruy Elói, também rebateu as acusações de irregularidades. Em depoimento que durou mais de quatro horas, o magistrado apresentou documentos que, segundo ele, comprovariam a legalidade de seus atos. Com relação às acusações de contratação de parentes para cargos no tribunal, Elói disse que as nomeações de três de seus filhos não foram determinadas por ele.

Exposição de J. Borges começa hoje

O Espaço Cultural do Hall do Auditório Petrônio Portella abrigará, a partir de hoje, as obras do artista plástico J. Borges, que estarão expostas até o dia 19. Especialista em gravuras, José Francisco Borges já apresentou seus trabalhos em mostras de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e em uma exposição itinerante por 20 países da Europa. A exposição dos trabalhos de J. Borges é uma iniciativa da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado.

"Cultura ao Meio-Dia" apresenta Armadilha

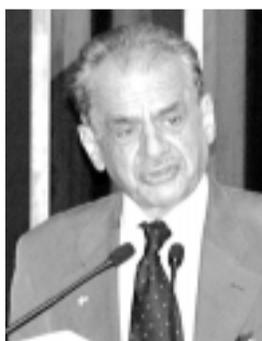
O projeto "Cultura ao Meio-Dia" apresenta na quarta-feira, no Auditório Petrônio Portella, o filme *Armadilha* (1999, EUA), do diretor Jon Amiel. O filme é um *thriller* de ação que conta a história de Virgínia Gin Baker (Catherine Zeta-Jones), uma investigadora de uma companhia de seguros que é encarregada de recuperar um valioso quadro roubado pelo maior ladrão de obras de arte do mundo, Robert MacDougal (Sean Connery).

Simon faz homenagem ao Dia dos Radioamadores

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) prestou uma homenagem aos radioamadores no seu dia, transcorrido na sexta-feira, afirmando que a atividade do radioamador, apesar de voltada essencialmente para a intercomunicação e a pesquisa técnica, é movida pela solidariedade. "Eles provam que a solidariedade ainda é um valor muito cultivado entre nós", disse.

Simon aproveitou a oportunidade para destacar a importância do padre gaúcho Roberto Landell de Moura, "o pioneiro mundial na transmissão da voz humana a distância, sem utilização de fios".

O inventor italiano Marconi, mais famoso que Landell de Moura, foi pioneiro na transmissão de sinais telegráficos, disse o senador, mas a invenção do padre representou um sig-



Simon: radioamadores são movidos pela solidariedade

nificativo avanço em relação ao invento de Marconi, pois tratava de transmissão de voz.

Landell de Moura, nascido em Porto Alegre em janeiro de 1861, ordenou-se em Roma em 1886 e, na sua volta ao Brasil, desenvolveu experimentos científicos em São Paulo e obteve as patentes brasileiras de suas invenções em 1901, disse. Em 1904, solicitou e obteve, nos

Estados Unidos, patentes para um transmissor de ondas, um telefone sem fio e um telégrafo sem fio, acrescentou:

– No momento em que faço o elogio de Roberto Landell de Moura, também tenho em mente que, lamentavelmente, os governos brasileiros, um após o outro, vêm tratando com grande descaso a ciência e a tecnologia.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 – Senado em Pauta
7h – Saúde Todo Dia – Ginástica restauradora
7h30 – Especial Unip – Óculos.
7h55 – Senado em Pauta
8h – Fortes do Brasil – Forte de Santa Cruz
8h25 – Senado em Pauta
8h30 – Entrevista – O senador Edison Lobão fala sobre horário eleitoral gratuito
8h55 – Senado em Pauta
9h – Cidadania – O senador Geraldo Althoff e o corregedor Jorge Rachid Maluf falam sobre registro civil
9h55 – Senado em Pauta
10h – CPI do Poder Judiciário (ao vivo)
12h – Cores do Brasil – Alagoas
12h30 – Entrevista – O senador Edison Lobão fala sobre horário eleitoral gratuito
13h – Cores do Brasil – Ilhéus
13h30 – Cidadania – O senador Geraldo Althoff e o corregedor Jorge Rachid Maluf falam sobre registro civil

14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após – Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)
21h – Jornal do Senado
21h25 – Senado em Pauta
21h30 – Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado. Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (ao vivo). Em seguida – Música e informação
19h – A Voz do Brasil. Em seguida – Música e informação
20h30 – Senado em Linha Direta – Edição Nordeste. Em seguida – Música e informação
21h – Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste. Em seguida – Música e informação
21h30 – Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste. Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise). Em seguida – Música e informação

Jefferson sugere reaparelhamento policial para conter onda de violência

Senador pelo Amazonas mostrou-se preocupado com o aumento da criminalidade em todo o país e citou política de tolerância zero, adotada em Nova York, como solução

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) mostrou-se indignado com a onda de violência por todo o país, o que demonstra, no seu entender, a falência do aparelho policial. Para ele, é necessário que se faça alguma coisa em favor da segurança pública, a começar pelo reaparelhamento policial e canalização de mais recursos para que os policiais tenham melhor formação, de modo a minimizar o problema.

— Mas, mesmo dando melhores condições às polícias, talvez o país não erradicasse essa crescente onda de violência, porque, além dos motivos já conhecidos, como falta de emprego e renda,



temos um fator mais grave: a desumanização de nossa sociedade, agravada pela existência de um Estado corrupto que continua sem rumo — acrescentou.

Jefferson Péres disse que a insegurança atinge patamares preocupantes. “Em São Paulo, delegacias são invadidas por traficantes, comissários e delegados sentem-se intimidados e já não sabem o que fazer ante a audácia de criminosos. Até em uma cidade como a minha, Manaus, que se inclui entre as médias, edifícios são fechados pelos assaltantes, que depenam os apartamentos sem que a polícia consiga prendê-los.”

No Rio de Janeiro, conforme obser-

vou, a situação não é diferente. Há poucos dias, informou, um barco transportando membros da CPI do Narcotráfico, acompanhados de policiais e da imprensa, para detectar pontos de tráfico de drogas e de armas, foi desviado de seu itinerário porque os traficantes estavam por perto. “Como já foi constatado por tantos, há um Estado paralelo: ao lado do Estado legal, legítimo, há o Estado do crime organizado”, afirmou.

Jefferson cobrou providências para minimizar a questão, citando como exemplo a “política de tolerância zero”, de Nova York, onde são combatidos com rigor até os pequenos crimes.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que a violência campeia por todo o país e salientou que o



Jefferson Péres pede mais recursos para que policiais tenham melhor formação

assassinato de três pessoas por um estudante, em um shopping de São Paulo, faz reviver no Brasil “o alarme das escolas dos Estados Unidos”.

Dutra propõe distribuição de remédios para diabéticos

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apresentou projeto dispondo sobre a distribuição gratuita de medicamentos para controle e tratamento de diabetes aos portadores da doença inscritos em programas de educação para diabéticos. Pelo projeto, o SUS distribuirá não só os remédios, como também materiais para a sua aplicação e monitoramento da glicemia capilar (taxa de açúcar no sangue).

Na justificativa do projeto, o senador informa que estima-se em cinco milhões o número de brasileiros diabéticos, dos quais metade desconhece o diagnóstico. Ele acrescenta que a situação tende a se agravar, uma vez que os casos da doença aumentam entre os idosos e o Brasil encontra-se em rápida transição demográfica, com envelhecimento da população.

Dutra destacou os elevados índices de morbidade e mortalidade do diabetes, a queda na qualidade de vida dos doentes e de suas famílias e os encargos econômicos para o indivíduo, a família e a sociedade. Ele salientou que a maior parte dos custos diretos do tratamento relaciona-se com complicações que na maioria das vezes podem ser evitadas, se o paciente tivesse acesso à informação, monitoração e medicamentos.

O senador informou que nos Estados Unidos estima-se que cada dólar gasto em educação do diabético representa uma economia de seis dólares em assistência médico-hospitalar. No Brasil, segundo Dutra, o SUS gasta cerca de R\$ 60 milhões por ano com assistência aos diabéticos, para uma cobertura estimada em 30%. A maioria dos gastos, explicou, deve-se a internações para tratar de complicações que poderiam ser reduzidas se os doentes tivessem acesso à educação e aos meios para o autocuidado.

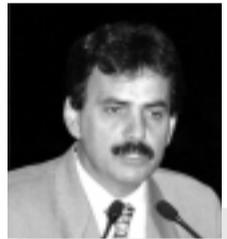
“A garantia ao acesso universal aos medicamentos e materiais de que necessitam os diabéticos para a manutenção de sua qualidade de vida é, assim, uma estratégia que encontra justificativa ética e econômica”, concluiu.



Projeto de Dutra prevê também análise de taxa de açúcar no sangue

Ademir é contra aumento para juízes e parlamentares

Ao manifestar sua surpresa com o movimento grevista que na última quinta-feira mobilizou magistrados de todo o país, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse que, “compreensível, embora estranha”, a greve foi “positiva e importante” porque pode chamar a atenção da população brasileira para a necessidade de cobrar dos poderes constituídos políticas para reduzir as profundas desigualdades de



Ademir: definição de teto para evitar acumulação

renda que caracterizam o país. Se os juízes vêm razão no protesto, tanto mais razão terá o povo se, generalizada e ostensivamente, reivindicar melhoria de renda, acrescentou.

Sem entrar no mérito das razões alegadas pelos juízes, o senador equiparou-se a eles para reconhecer que parlamentares e magistrados, além de terem um salário razoável, usufruem de outras benesses, como a con-

tratamento de funcionários de confiança e o acesso a cotas de ligações telefônicas.

Considerando o agravante de que “uma desorganização absurda dos salários no setor público” faz com que muitos parlamentares e magistrados acumulem rendimentos, Ademir defendeu definição urgente do teto de salários no setor público para evitar acumulação e não, “como muitos esperam”, para elevar os atuais proventos.

— Não podemos ter um centavo de aumento enquanto todo o funcionalismo continuar com salários congelados.

Sobre os argumentos dos juízes em defesa da greve, o senador contestou um deles. Conforme matéria publicada no *Jornal do Brasil*, os juízes teriam comparado seus proventos com o de outras categorias menos qualificadas do setor público, como a de segurança, citando especificamente que o Senado teria realizado concurso para a função e que pagaria um salário inicial de R\$ 6 mil.

— Não tenho conhecimento disso. Isso precisa ser desmentido para que a opinião pública não seja confundida — afirmou Ademir Andrade.

Requião critica oposição de FHC à CPI sobre bingos eletrônicos

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) criticou a oposição do presidente Fernando Henrique Cardoso à instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar possíveis irregularidades envolvendo a autorização para o funcionamento de bingos eletrônicos. De acordo com Requião, o presidente teria orientado o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), a instar os senadores da base governista a não assinarem o requerimento para criação da CPI.

O requerimento, de autoria do senador Osmar Dias (PSDB-PR), já conta com 32 assinaturas, assegurou Requião. O Regimento exige 27 assinaturas para se constituir uma CPI. “A CPI será instalada. Se os líderes dos partidos que apóiam o governo não quiserem indicar membros para a comissão, o presidente do Senado poderá fazê-lo”, explicou. Roberto Requião disse que, obedecendo orientação do

presidente, Arruda estaria tentando convencer colegas que assinaram o requerimento a retirarem suas assinaturas.

Para o senador, a permanência de Greca no Ministério do Esporte e Turismo, “apesar de todas as denúncias”, e o silêncio de Fernando Henrique diante das “graves irregularidades só contribuem para a disseminação de um clima de “liberou geral”.

Segundo Requião, por intermédio de dois funcionários nomeados para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Paulo Araújo e André Manfredini, representantes das máfias italiana e espanhola conseguiram a elaboração de medida provisória preparada para servir aos seus interesses.

— Os donos de bingos, gente ligada ao jogo do bicho, pagaram US\$ 150 mil pela MP e Greca chegou a levá-la para o presidente assinar, o que só não aconteceu porque o Ministério Público italiano denunciou a operação.

Senador elogia Ministério Público por ação contra imóveis superfaturados

Roberto Requião elogiou decisão do Ministério Público Federal de ingressar com ação penal na Justiça Federal contra os envolvidos no superfaturamento de 32 empreendimentos imobiliários no Paraná. São imóveis populares financiados pela Caixa Econômica Federal (CEF), com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Requião lembrou que as irregularidades começaram a ser investigadas em 1992, quando ele era o governador do estado. Em decorrência disso, a CEF instaurou comissão de sindicância para analisar 45 empreendimentos, dos quais 32 indicavam preços bem superiores aos valores de mercado. Em consequência, a Caixa demitiu funcionários envolvidos e Requião enviou relatórios ao Tribunal de Contas, à Polícia Federal e à Procuradoria Geral do Paraná. A Associação de Defesa e Orientação do Consumidor, informou o senador, propôs ação civil pública contra a União e a Caixa. A instituição, por sua vez, ingressou com ação de execução da dívida oriunda do financiamento conferido à Cooperativa Oeste (Coheste) e à empresa Khouri, envolvidas no caso.

No entanto, segundo o senador, no final do ano passado, a CEF celebrou acordo com a Coheste pelo qual concedeu moratória e abateu grande parte da dívida, dilatou o prazo para pagamento e fez um adiantamento de recursos para a cooperativa para que pudesse saldar suas dívidas com a instituição.

— Quem paga o prejuízo da CEF? O pacato cidadão que uma vez mais resigna-se com o aumento dos impostos — protestou Requião.



Requião: imóveis foram financiados pela CEF